

ACERVOS DE ARQUIVO EM MUSEUS
UMA PROPOSTA DE TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO
ARCHIVES IN MUSEUMS
A PROPOSAL FOR ARCHIVAL TREATMENT

FABIANA COSTA DIAS | Mestre em Gestão de Arquivos e Documentos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Arquivologia pela Unirio. Especialista em Planejamento, Organização e Direção de Arquivos pela Universidade Federal Fluminense (UFF) | fabiana78@gmail.com

JOÃO MARCUS FIGUEIREDO ASSIS | Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-doutorado em Antropologia Social pela UFRJ. Professor associado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Unirio | jmfassis@hotmail.com

JÚNIA GUIMARÃES E SILVA | Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict/UFRJ). Professora adjunta da Escola de Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Unirio | juniag2010@gmail.com

RESUMO

A proposta deste trabalho é apresentar como o acervo do Museu Aeroespacial foi constituído até a sua inauguração, relacionar a formação do seu acervo com o contexto histórico e expor como a documentação arquivística foi processada. Para tal foi elaborado um estudo de caso que teve como resultado uma discussão sobre o tratamento arquivístico acerca de arquivos *de* museus e *em* museus.

Palavras-chave: arquivos de museus; arquivos em museus; museologia; história dos museus.

ABSTRACT

The purpose of this work is to present how the collection of the Aerospace Museum was constituted until its inauguration, to relate the formation of its collection with the historical context and to explain how the archival documentation was processed. For this purpose, a case study was elaborated that resulted in a discussion on the archival treatment of museum archives and archives in museums.

Keywords: museum archives; archives in museums; museology; history of museums.

RESUMEN

La propuesta de este trabajo es presentar como el acervo del Museo Aeroespacial fue constituido hasta su inauguración, relacionar la formación de su acervo con el contexto histórico y exponer cómo la documentación arquivística fue procesada. Para ello se elaboró un estudio de caso que tuvo como resultado una discusión sobre el tratamiento arquivístico sobre archivos *de* museos y *en* museos.

Palabras clave: archivos de museos; archivos en museos; museología; historia de los museos.

INTRODUÇÃO

Quando visitamos uma exposição em museus, circulamos por corredores e salas onde estão expostos documentos em diferentes suportes, de diversos gêneros: fotografias, documentos textuais, livros, objetos tridimensionais, reproduções, entre outros. A exposição tem uma temática e representa uma parte bem reduzida do acervo que o museu possa vir a ter ou não. Nos bastidores dos museus estão as reservas técnicas, espaços de guarda do acervo. Este acervo pode ser formado por documentos bibliográficos, arquivísticos e museológicos.

Cada museu possui uma missão que vai delimitar o tipo de conjuntos documentais que irão formar o seu acervo. Estes documentos chegam às instituições museológicas por doação ou compra e podem ser compostos por itens oriundos de bibliotecas, arquivos e outros museus. Por possuírem metodologias de tratamento documental distintas, necessitam de um gerenciamento específico para não correr o risco de dispersão dos itens documentais e da perda da formação e dos contextos dos conjuntos.

Além destes, existem os documentos produzidos e recebidos pelos museus para comprovar suas ações e atividades, como, por exemplo, os termos de doação e compra de coleções e arquivos que formaram o acervo. Assim, identificamos dois tipos distintos de conjuntos documentais: os que irão constituir as coleções e os que irão formar o arquivo institucional dos museus.

Como realizar o tratamento dessa documentação é algo que vem sendo debatido internacionalmente e nacionalmente desde o século XIX. Muitas instituições museológicas acabam por misturar os documentos institucionais com os oriundos de coleções, em alguns casos privilegiam o tratamento das doações e compras em detrimento dos documentos produzidos pela instituição (Tessitore, 2002). Isso acontece devido a maior importância dada aos documentos que irão fazer parte do acervo de coleções e arquivos adquiridos em relação à documentação produzida para registrar as atividades.

Nesse sentido, a proposta deste trabalho¹ é apresentar como o acervo do Museu Aeroespacial (Musal) foi constituído até a sua inauguração, relacionar a formação do seu acervo com o contexto histórico de sua constituição e expor como a documentação arquivística foi processada.

DOS BASTIDORES DA ORGANIZAÇÃO DO ACERVO DO MUSEU AEROESPACIAL ATÉ SUA INAUGURAÇÃO

De acordo com o Departamento de Museus e Centros Culturais:²

-
- 1 Este artigo é fruto da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Gestão de Documentos e Arquivo, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, intitulada Museu Aeroespacial: na trilha do seu acervo. Foram adicionados, posteriormente, dados pesquisados em jornais, que na época da defesa não foram incorporados devido ao prazo de entrega.
 - 2 Segundo o relatório de gestão da Política Nacional de Museus, referente ao período de 2003-2004, no ano de 2003 "entrou em funcionamento o Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu, decreto n. 5.040/04). O departamento nasceu da reformulação da Coordenação Geral de Museus e Artes Plásticas da Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura (MinC) e da avaliação da necessidade de redesenho

O museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características: [...] II - a presença de acervos e exposições colocados ao serviço da sociedade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer (Questionário Cadastro Nacional de Museus, 2005, p. 12).

Portanto, para um museu existir se faz necessária a *presença de acervos e exposições*. Esses acervos são formados antes da abertura e ao longo da existência desses espaços de memória. O acervo do Museu Aeroespacial foi sendo acumulado durante quarenta anos antes da sua criação. Boa parte desse processo foi de responsabilidade de José Garcia de Souza. Ele foi a pessoa escolhida para ser o primeiro organizador do acervo do Musal. Entender a relação do organizador do acervo com a sua constituição é fundamental para compreender como se deu o processamento da documentação arquivística.

Iniciamos com a cronologia do Musal, em 31 de julho de 1973. Por meio do decreto n. 72.553, foi criado o Núcleo do Museu Aeroespacial, que tinha como competência colocar em atividade este museu. Sua missão desde então é “preservar a memória da Aeronáutica brasileira por intermédio do seu acervo histórico” (Brasil, 2005). Contudo, a ideia e vontade de se criar um museu sobre a Aeronáutica antecedeu esta data em quarenta anos. Durante este período, foi identificada uma série de tentativas em torno da organização de um Museu de Aeronáutica, que posteriormente levou o nome de Museu Aeroespacial. No total foram identificadas dez tentativas para organizar o Musal, como demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Cronologia e identificação das tentativas de organização do Museu da Aeronáutica entre os anos de 1933 até 1967

Tentativas	Ano	Identificação da tentativa
1	1933	Exposição na Feira Internacional de Amostras do Rio de Janeiro
2	1934	I Congresso Nacional de Aeronáutica
3	1936	Projeto n. 469 da Câmara dos Deputados
4	1943	Portaria n. 237 da Força Aérea Brasileira
5	1944	I Exposição de Aeronáutica
6	1944	Projeto de organização e regulamentação do Museu de Aeronáutica

institucional para o tratamento das questões relacionadas aos museus. O Demu está vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)” (Brasil, 2005, p. 46).

Tentativas	Ano	Identificação da tentativa
7	1951	Projeto n. 1.323 do Congresso Nacional
8	1952	Portaria n. 235 da Força Aérea Brasileira
9	1959	Projeto n. 1.213 do Congresso Nacional
10	1967	Museu da Escola de Aeronáutica

Fonte: Dias, 2017, p. 68.

Cada um desses itens possui características que serão brevemente contextualizadas. A primeira tentativa ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1933, durante a Feira Internacional de Amostras. Após a realização desta feira, foram publicadas pequenas notas no jornal *O Radical* (1933, p. 2) sobre a importância de se criar um museu onde fossem expostos documentos que tratassem dos feitos de Bartolomeu de Gusmão, Augusto Severo e Santos Dumont. Até 1933, estes seriam os grandes atores brasileiros no campo da aviação e por essa razão reivindicava-se um espaço para serem lembrados. Ainda mais com a forte concorrência entre os irmãos Wright, americanos, e Santos Dumont, brasileiro, pelo primeiro voo do “mais pesado que o ar”.

A segunda investida também foi uma consequência de um evento, tal como a primeira. Depois do I Congresso Nacional de Aeronáutica, a revista *Asas* (I Congresso..., 1934, p. 2) escreveu que por mais que o Museu de Aeronáutica não tenha sido tratado como um tópico do congresso, essa questão seria resolvida em breve.

O terceiro esforço se caracterizou pelo projeto n. 469, entregue à Câmara dos Deputados no ano de 1936, pelas mãos dos deputados Caldeira de Alvarenga e Moraes Paiva e pela Liga Aérea Brasileira. Este projeto propunha a criação do Museu de Aeronáutica, além de uma série de atividades relacionadas à aviação, como provas de velocidade, permanência no ar, distância e altura, auxílio financeiro para a manutenção de uma escola de aviação, entre outros pontos.

Antes de continuar a descrever cada iniciativa para organizar um museu sobre a aviação brasileira, é importante mencionar a criação da Força Aérea Brasileira (FAB), em janeiro de 1941. Até a sua criação, todos os empreendimentos eram isolados.

Assim, a quarta tentativa foi uma ação promovida pela FAB, por meio da publicação da portaria n. 237, de 1943. O ministro da Aeronáutica Joaquim Pedro Salgado Filho (1941-1945) designou José Garcia de Souza para reunir todo o material da Escola de Aeronáutica para fazer parte do acervo do futuro Museu da Aeronáutica (Brasil, 1943). Buscou-se entender quais foram os motivos que levaram Salgado Filho a indicar Garcia de Souza para cargo de tamanha responsabilidade. Para isso, foi elaborada uma breve biografia.

José Garcia de Souza (1907-1985) foi aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro, tirou brevê de aviador pelo Aero Clube do Brasil, em abril de 1935, e graduou-se piloto civil – classe B (comandante) pela Rangsdorf Flieger Schulle, na Alemanha, em novembro de 1936. Foi um dos conselheiros da Companhia Nacional de Navegação Costeira (1891-1942),

pertencente a Henrique Lage (1881-1941), durante o período de 1935 até 1942. Participou do Congresso Aeronáutico de Birmingham (1939), cidade localizada no estado do Alabama (EUA), representando o Aero Club do Brasil, em defesa de Santos Dumont, por ter sido ele a realizar o voo do “mais pesado que o ar”. Era membro titular do Institute of Aeronautical Sciences e da Aviation Writers Association, tendo sido consultor das revistas: *Aero Digest*, *Pilot*, *Revista Aérea e Avião para a América do Sul* e *Aeronautical Digest Publishing*. Publicou livros sobre a Aeronáutica, dos quais destacamos os títulos: *A aviação civil* (1938), *Evolução da Aeronáutica no Brasil* (1945), *Epopéia do Correio Aéreo* (1947) e *A famosa controvérsia Irmãos Wright-Santos Dumont* (1948).

Pelas atividades exercidas por Garcia de Souza lhe concederam o título do primeiro historiador da Aeronáutica brasileira. Somado a todas essas características e produções, os periódicos da década de 1940 retratam, por meio de notas, reuniões entre Garcia de Souza e Joaquim Pedro Salgado Filho, o que caracterizou uma aproximação pessoal entre os dois. Todas essas questões devem ter contribuído para sua escolha como o responsável por reunir material para formar o acervo do futuro Museu de Aeronáutica.

O próprio Garcia de Souza relata como executou o trabalho de reunir os documentos que fariam parte do futuro acervo do museu:

Não há dúvida. Estou, mesmo, certo de que a maioria dela está comigo, hoje, a custa do trabalho insano de ir, de porta em porta, durante anos consecutivos, pedindo [que] me fornecessem documentos velhos, me cedessem velhas fotografias, me informassem de tudo quanto se passara naquelas épocas. Cheguei, mesmo, a conseguir, num esforço feliz, o depoimento de quase todos quantos atuaram no período heroico da nossa aviação [...]. E tudo o que me foi dado reunir graças à boa vontade de tantos, com a mesma boa vontade entrego ao MUSEU DE AERONÁUTICA (Souza, 1945, p. XXXI).

A afirmação “tudo o que me foi dado reunir” remete ao conceito de coleção: “A coleção constitui-se como uma obra do colecionador e é de sua responsabilidade a reunião do conjunto desses documentos, que seguem os critérios determinados por suas escolhas” (Oliveira, 2012, p. 32). Isso nos permite compreender que o que se realizava era a organização de uma coleção, que viria a ser doada ao futuro Museu de Aeronáutica, mas que, imediatamente, seria útil para sustentar uma possível escrita de uma história da Aeronáutica. Sobre esse aspecto, Garcia de Souza insinuou que seus estudos na Aeronáutica o levaram a

empreender diversos trabalhos, alguns já publicados, outros no prelo e outros, ainda, em preparação. Todos eles são originais no Brasil, e por isso tive grande dificuldade em fazê-los. Pouco se encontrava sobre o assunto. Assim, para facilitar, a todos os que me sucederem, foi-me forçoso ir, pessoalmente, colher os testemunhos de todos aqueles que ainda existem. Fui, de porta em porta, pedindo a todos me auxiliassem, pois eu

desejava, tão somente, reunir dados fidedignos para que, de futuro, ao se compor a HISTÓRIA DA AERONÁUTICA BRASILEIRA, possamos fazê-lo completa, verídica e honestamente (Souza, 1945, p. II).

Portanto, ao ser eleito por Salgado Filho, Garcia de Souza uniu ao que já praticava para o seu trabalho de historiador a função de colecionador de documentos que tratassem da Aeronáutica. Ao assumir a responsabilidade de ser o organizador do acervo do futuro Museu de Aeronáutica, Garcia de Souza realizou uma ação para incentivar que outras pessoas participassem dessa tarefa. A ideia foi promover a Primeira Exposição de Aeronáutica, caracterizada como a quinta tentativa de criação do museu. Para esta empreitada, solicitou a participação de aviadores e de seus familiares com “notas, fotografias, objetos” (Museu de Aeronáutica, 1944, p. 56), tudo o que pudesse participar da exposição.

Como resultado dessa “campanha”, foram registradas as doações nos periódicos da época. Foi realizada uma pesquisa no site da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional, em periódicos selecionados, publicados no estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1940 até 1980, com as palavras-chave “museu da aeronáutica” e “museu aeroespacial”. Os jornais escolhidos foram os que apresentaram maior número de ocorrências e a escolha desse período teve por objetivo colher informações sobre o que era publicado acerca das doações que eram realizadas ao museu, desde o momento da publicação da portaria n. 237 da FAB até o ano de sua inauguração, em 1976. A escolha das palavras-chave se justifica pela maneira que o museu foi intitulado até 11 de outubro de 1972, Museu de Aeronáutica, e posteriormente, por meio do aviso n. R-050/GM3, de 12 de setembro de 1973, quando passou a ser denominado Museu Aeroespacial.

Quadro 2 – Periódicos utilizados na pesquisa sobre a relevância do Museu Aeroespacial ao longo de 40 anos

Período	Periódico	Ocorrências	Palavra-chave
1940-1949	O Jornal	20	Museu da Aeronáutica
1950-1959	Correio da Manhã	40	Museu da Aeronáutica
1960-1969	Correio da Manhã	16	Museu da Aeronáutica
1970-1979	Jornal do Brasil	26	Museu da Aeronáutica
1970-1979	Jornal do Brasil	20	Museu Aeroespacial

Fonte: elaboração própria.

A leitura dessas 122 reportagens evidenciou alguns aspectos interessantes e serão apresentados aqui cinco deles. O primeiro é a maneira como o acervo foi sendo formado. Algumas doações foram declaradas no jornal, o que demonstrou um interesse em publicar a participação dos doadores e incentivar outras doações. Notou-se que, em sua maioria,

eram doados itens avulsos sobre diversos assuntos, podendo ser documentos de biblioteca, de museu ou de arquivo.

O segundo aspecto observado foi a proximidade que José Garcia de Souza tinha com Salgado Filho. Foram relatados, nos periódicos, inúmeros encontros entre os dois para tratar da organização do museu. O terceiro, foi o fato de Garcia de Souza ser sempre indicado como o diretor do Museu de Aeronáutica, sem nunca tê-lo sido oficialmente. O quarto diz respeito à publicação pelos periódicos de imagens de documentos que pertenceriam ao futuro acervo do museu, apesar deste ainda não existir. As reportagens dos periódicos declaravam que se tratava de um empréstimo do Museu de Aeronáutica para a elaboração das matérias. O quinto aspecto observado foi a criação de um Museu de Aeronáutica, em 1960, pela Fundação Santos Dumont, no parque Ibirapuera,³ em São Paulo.

No ano de 1944 aconteceram duas ações interessantes. A primeira foi a instalação, provisória, do acervo do futuro Museu de Aeronáutica em um salão do Jockey Clube Brasileiro (Salgado; Corrêa, 2007, p. 199). O próprio Garcia de Souza afirmou que estava trabalhando com o acervo do Museu de Aeronáutica no Jockey Clube: “A Diretoria do Jockey Clube Brasileiro, em cuja sede foi gentilmente posta a minha disposição uma ampla sala onde pude, livremente, trabalhar e guardar os primeiros materiais do Museu da Aeronáutica” (Souza, 1945, p. XXXIX).

A segunda ação foi a inauguração, em novembro daquele mesmo ano, da I Exposição da Aeronáutica, organizada por José Garcia de Souza, no edifício do Ministério da Educação da antiga capital federal, como mencionado anteriormente.

Retomando as tentativas de criação do Museu Aeroespacial, a sexta foi a publicação, nos *Anais do Museu Histórico*, volume V, que “a pedido do ministro da Aeronáutica, a Diretoria do Museu Histórico organizou um projeto de organização e regulamentação do Museu da Aeronáutica” (Museu da Aeronáutica, 1944, p. 190).

A sétima tentativa, ocorrida em 1951, foi o envio do projeto n. 1.323 ao Congresso Nacional, que também não saiu do papel. No ano seguinte, ocorreu a oitava. A portaria n. 235 da FAB determinou que José Garcia de Souza retomasse os trabalhos que lhe foram atribuídos pela portaria n. 237, de 1943. Assim, a portaria n. 235 determinava

atribuir ao museu a finalidade de recolher, classificar, conservar, ordenar e expor objetos, relíquias, mapas e documentos de valor histórico, artístico e técnico relativos à história da Aeronáutica, suas grandes individualidades e acontecimentos notáveis (Brasil, 1952).

Em 1959, o Congresso Nacional recebeu mais um projeto, o de n. 1.213. Assim como os dois anteriores, este não foi adiante. Todos os três projetos apresentados ora para a Câmara dos Deputados, ora para o Congresso Nacional, eram muito parecidos e tinham objetivos bem próximos, que foram alterados ao longo dos anos devido à evolução da aviação.

3 Museus de Aeronáutica no Brasil. Disponível em: <<http://arquitetacaroline.blogspot.com.br/2015/08/museus-de-aeronautica-no-brasil.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

No ano de 1967, o Museu da Escola de Aeronáutica passou a funcionar no Campo dos Afonsos, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Sulacap: “o espaço destinado à exposição era formado por três salas e o acervo foi garimpado no próprio Campo dos Afonsos” (Dias, 2017, p. 67). O organizador deste museu foi o então capitão-aviador Napoleão Antônio Muños de Freitas, que foi substituído pelo, na época, tenente Ivan Dias Fernandes. Este foi empossado, em 1972, como o primeiro presidente da Comissão Organizadora do Museu Aeroespacial. Por essa relação, acredita-se que o Museu da Escola de Aeronáutica possa ter contribuído para a formação do acervo do futuro Museu Aeroespacial.

A Comissão Organizadora do Museu Aeroespacial teve dois militares a sua frente, o capitão Ivan Dias Fernandes,⁴ sucedido pelo major Dhermeval Fontes Matos (Brasil, 1973). Aqui cabe uma observação. O cargo de chefe da comissão ocupado pelo capitão Ivan Dias foi passado a ele pelo coronel Napoleão (Brasil, 1968), mencionado anteriormente. O que gostaríamos de elucidar é que, como foi sugerido tanto pelo coronel Napoleão (Dias, 2017) quanto pelo major-brigadeiro Doorgal Borges (Pereira, 2015), aparentemente existiam dois museus: um que funcionava junto à antiga Escola de Aeronáutica e foi transferido para Pirassununga quando da transferência da escola e outro que permaneceu nos Afonsos. De acordo com entrevista realizada com o coronel Napoleão, alguns itens que hoje se encontram no Museu Aeroespacial faziam parte do Museu da Escola da Aeronáutica. Da mesma forma que hoje o Musal possui acervo que foi transferido do Museu da Academia da Força Aérea (AFA) para o Museu Aeroespacial.

Ao final da direção do major Dhermeval, foi criado o Núcleo do Museu Aeroespacial, por meio do decreto n. 72.553, de 31 de julho de 1973. De acordo com o artigo 4º, parágrafo único, competia ao núcleo “prover, dentro do prazo fixado pelo ministro da Aeronáutica, as medidas indispensáveis para a ativação do Museu Aeroespacial”. Foi nomeado para o cargo de diretor do núcleo o major João Maria Monteiro, que viria a ser, posteriormente, o primeiro diretor do museu.

Quadro 3 – Cronologia da organização do Museu Aeroespacial, entre 1972 e 1973, no âmbito da FAB

Período	Organização e responsável
Ago. 1972 a jan. 1973	Comissão Organizadora do Musal - capitão Ivan Dias Fernandes
Jan. 1973 a jul. 1973	Comissão Organizadora do Musal - major Dhermeval Fontes Matos
Jul. 1973	Núcleo do Museu Aeroespacial - major João Maria Monteiro

Fonte: Dias, 2017, p. 68.

4 O capitão Ivan Dias Fernandes permaneceu no cargo no período de 28 de agosto de 1972 até 31 de janeiro de 1973 (Brasil, 1972).

A pesquisa de contextualização da formação do acervo do Musal ocorreu com o objetivo de compreender a função dos conjuntos documentais que se encontravam no Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial (AHMA). O contexto de criação do Museu Aeroespacial possibilitou entender o seu Arquivo Histórico. Segundo Thomassem,

o contexto arquivístico são todos os fatores ambientais que determinam como os documentos são gerados, estruturados, administrados e interpretados. Os fatores ambientais que determinam diretamente os conteúdos, formas e estrutura dos registros podem ser diferenciados em contextos de proveniência, contexto administrativo e contexto de uso. Estes fatores são, cada um a seu tempo, determinados pelo contexto sociopolítico, cultural e econômico (Thomassem, 2006, p. 10).

Já os contextos sociopolítico, cultural e econômico foram os fatores principais deste trabalho. Por meio deles foi possível entender as seguintes questões: qual o objetivo de se ter um museu da Aeronáutica; como a proposta de uma escrita de história tradicional impactou nas escolhas dos documentos que passaram a compor coleções para o acervo desta instituição; o que as relações pessoais e políticas dos envolvidos na organização refletiram ou não na organização deste museu; e entender a ligação entre a Força Aérea Brasileira e o Museu Aeroespacial. Ao final deste estudo, os conjuntos documentais do acervo do arquivo histórico começaram a ser mais bem compreendidos e foi possível entender a razão deles estarem ali.

Como relatado, as iniciativas para criar o Musal foram inúmeras. A formação do acervo atravessou todos esses processos e sempre teve como “curador” José Garcia de Souza, apesar de nunca o terem reconhecido como tal. Ele foi o responsável por constituir uma grande coleção que tratou dos mais variados assuntos sobre a aviação. Nesse sentido, os documentos coletados antecederam a criação da FAB e tratavam de outros aspectos da aviação, o que inicialmente parecia ser contraditório, por se tratar de um museu militar. Afinal, o acervo formado pelas coleções estava relacionado à missão do Musal, o que permitiu adquirir coleções/arquivos que não fossem estritamente militares.

Com a inauguração do Musal, uma produção documental distinta da coleção José Garcia de Souza passou a ser produzida. Uma documentação que registrava as ações e funções do museu, diferente dos documentos colecionados. O papel do AHMA, durante mais de quarenta anos, foi receber os documentos oriundos de coleções e a documentação institucional do Musal e de outras organizações militares. O tratamento dado a esse acervo é o que será apresentado na próxima seção.

OS CONJUNTOS DOCUMENTAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO

A criação do Musal ocorreu em 31 de junho de 1973 e suas portas foram abertas ao público em 18 de outubro de 1976. A diferença de tempo entre a criação e a inauguração deveu-se a obras realizadas nos hangares que eram ocupados pela Escola de Aviação no

Campo dos Afonsos e que se tornariam os edifícios do museu. Até os dias de hoje, o Musal teve seis diretores, esteve subordinado a quatro organizações militares da FAB, publicou quatro regulamentos e dois regimentos.

Atualmente, o Arquivo Histórico é uma sessão com chefia independente, subordinado à Divisão de Museologia. Mas nem sempre foi assim. Até 1987, o arquivo pertencia à Divisão de Documentação, juntamente com a Biblioteca e o Arquivo Fotográfico. A partir daquele ano, com a publicação do terceiro regulamento (Brasil, 1987), a Divisão de Documentação deixou de existir e suas seções foram absorvidas pela Divisão de Museologia. Ao relacionar as finalidades das divisões as quais o arquivo pertenceu, observou-se que, até a publicação do quarto regulamento no ano de 2005, as atividades do Arquivo Histórico estavam relacionadas à “manutenção de listagens e catalogação atualizadas de seu acervo específico” (Brasil, 1982).

O regulamento de 2005 alterou as competências do Arquivo Histórico com o objetivo de se aproximar mais da arquivologia. Entretanto, não ficou claro o que deveria ser realizado.

Nota-se que algumas alterações apenas apontam as atividades sem defini-las: desenvolver e executar projetos arquivísticos; pesquisar e aperfeiçoar as técnicas e procedimentos de arquivo; e pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos. Outras não se executam em arquivos históricos, como assessorar quanto a critérios de avaliação e seleção e orientar e dirigir as atividades de identificação das espécies documentais. Em relação às competências de como guardar e preservar o acervo; conservação preventiva; o intercâmbio entre as unidades de informação; e instrumentos de pesquisa elaborados são as mais pertinentes. O que parece é que o Arquivo Histórico iniciou um processo de independência da museologia, mas ainda sem saber direito como executar as suas ações (Dias, 2017, p. 92-93).

As análises feitas com os regimentos e regulamentos que o Musal aprovou permitem observar como foi realizado o tratamento arquivístico dos documentos. Antes disso, é necessário mencionar que, com a criação do Musal, toda uma documentação administrativa e institucional, diferente da colecionada para compor o acervo, tinha começado a ser produzida. A Secretaria Geral é a subseção responsável pelo trâmite e arquivamento da documentação institucional do Museu Aeroespacial. Os documentos estão organizados por ano e por espécie, mas sem considerar nenhuma classificação e avaliação.⁵ A organização militar responsável por receber os documentos das atividades meio, das fases intermediária e permanente, do Musal e de todas as outras organizações militares da FAB, é o Centro de Documentação da Aeronáutica (Cendoc). Os documentos das atividades fim do Musal não possuem plano de classificação. O que existe é o plano de classificação da atividade fim do Ministério da Defesa, mas que não abarcou as funções do Museu Aeroespacial. Para cada

5 Em 2016 iniciou-se um trabalho de classificação com a documentação administrativa e institucional.

organização militar é criada uma Subcomissão Permanente de Avaliação de Documentos da Aeronáutica (Spadaer), que tem como objetivo classificar e avaliar os documentos acumulados e produzidos. No Musal, o trabalho foi iniciado pela e na Secretaria Geral.

Por mais que esteja claro que a documentação institucional tenha que ser de responsabilidade do Cendoc e a documentação das coleções pertencer ao Arquivo Histórico, nem sempre foi assim. Foram localizados conjuntos documentais administrativos do Musal e de outras organizações militares da FAB no Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial. Além disso, o tratamento dado a essa documentação teve características predominantes da museologia. Todo documento que era entregue ao AHMA “perdia” a sua proveniência e era classificado de acordo com o assunto e o gênero documental. Para recuperar a proveniência e reorganizar os conjuntos documentais, foi preciso iniciar um trabalho item a item. Foram localizados dois livros de protocolo com o registro das entradas dos itens documentais no AHMA, que abrangiam o período de julho de 1987 até novembro de 2006. Com esses livros em mãos, cada documento passava por uma “revista” com o objetivo de localizar possível identificação que o ligasse ao livro de protocolo. Localizado o número de protocolo do documento, também eram identificados os outros itens que formavam o conjunto e chegaram juntos ao AHMA. Como o livro de protocolo era exclusivamente sobre as doações e transferências realizadas para o Arquivo Histórico, não era possível saber se o conjunto documental era formado por itens bibliográficos ou museológicos. Como exemplo desse trabalho, temos o conjunto documental Lima Mendes (piloto do I Grupo de Aviação de Caça), em que foram localizadas e identificadas as seguintes fotografias com os protocolos

944, 945, 948, 949, 950, 951, 952 e 955, doadas no ano de 1989. Com esses dados, o livro de protocolo foi consultado e concluiu-se que esse conjunto foi doado pela Família Lima Mendes e forma ou um arquivo pessoal ou uma coleção. Ele é composto por 24 itens, 13 foram localizados inicialmente, faltando sete diplomas e quatro fotografias (Dias, 2017, p. 96).

Como os livros de protocolo não abrangem todos os anos de existência do Musal, não se tem o registro de todos os documentos doados ou transferidos para o AHMA. Ao lado disso, como a transferência interna entre as organizações militares era recorrente, foram localizados muitos itens que têm como procedência outras organizações militares. À medida que os documentos foram sendo identificados, uma prévia dos conjuntos documentais que ali se encontravam foi sendo construída. Foi possível identificar, inicialmente, quatro conjuntos distintos de documentos: a documentação institucional do Musal, a documentação institucional de outras organizações militares, arquivos pessoais e itens avulsos. Dúvidas de como tratar esta massa documental acumulada surgiram. Para respondê-las, uma pesquisa bibliográfica sobre o tema foi elaborada e será apresentada na próxima sessão.

ARQUIVOS DE MUSEUS E ARQUIVOS EM MUSEU: UMA DIFERENÇA CONCEITUAL

Antes de se iniciar a pesquisa bibliográfica, foi essencial identificar o que buscar na teoria para responder as dúvidas sobre tratamento arquivístico. O ponto chave foi identificar que existiam dois conjuntos distintos de documentos: os produzidos pelo museu e os colecionados para comporem o acervo do mesmo. A partir desse ponto de partida, buscaram-se textos que tratassem de arquivos *de* museus e arquivos *em* museus. Serão apresentados, primeiramente, a produção internacional, Deiss (1984), Carlin (1999), Wythe (2004) e Brunskill e Demb (2012) e, posteriormente, a produção nacional, Mello (1997), Tessitore (2002), Silva (2008; 2013) e Hannesch (2013).

Os estudos sobre os arquivos *de* museus e arquivos *em* museus tiveram início em 1979, com a realização da Conferência de Belmont (EUA). Esta conferência teve como proposta avaliar a vantagem de se ter um programa de arquivos nos museus. Em 1986, foi publicado o manual *Museum archives: an introduction*, de William A. Deiss, que tinha como proposta “encorajar os museus a preservar seus valiosos registros históricos e oferecer diretrizes para a criação dos arquivos dos museus” (Deiss, 1984, p. 7, tradução nossa).

Segundo Deiss (1984), um programa de arquivos é essencial para organizar os documentos produzidos pelos museus. Os arquivos *de* museus servem para ajudar nas decisões administrativas, preservam a documentação das coleções, além de fazerem propaganda sobre a própria instituição. Para iniciar um programa de arquivos é necessário cumprir seis pontos: ter um arquivista; o arquivo estar subordinado diretamente à direção do museu; determinar que os documentos produzidos pelo museu devam permanecer no mesmo; organizar uma comissão para aprovar decisões, estudar a história e a estrutura administrativa da instituição; realizar um levantamento sobre os registros produzidos e estabelecer prioridades. Deiss (1984) também apontou quais seriam os procedimentos básicos a serem executados em museus: levantamento de registros, avaliação, adesão, arranjo e descrição, referência e acesso, gestão de documentos, necessidades de equipamentos e espaços, conservação e suprimentos, história oral, coleções de manuscritos e programas de extensão.

Em 1999, Carlin enumerou os tipos de registros documentais produzidos pelos museus: “museus cuidam de documentos que fazem parte de suas coleções, incluindo fotografias, mapas e registros audiovisuais. Eles mantêm arquivos de material sobre suas coleções. E os museus gerenciam seus próprios registros como arquivo institucional” (Carlin, 1999, p. 49, tradução nossa). Os dois autores, Deiss (1984) e Carlin (1999), apontaram para dois tipos de arquivos presentes em museus: os produzidos pela instituição museológica e os colecionados pela mesma instituição para comporem seus acervos.

Em 2004, o manual *Museum archives: an introduction* foi relançado por Deborah Wythe, que reorganizou a publicação. Um dos pontos interessantes da nova edição foi a apresentação de duas funções dos arquivos dos museus: *curatorial function*, relacionada às atividades fim do museu, e a *administrative function*, referente às atividades meio. Wythe enumerou as principais atividades que geram documentos nos museus: gestão adminis-

trativa e executiva; coleções, curadoria, registro e catalogação; conservação, programas e projetos, desenvolvimento, divulgação e administração, conjunto arquitetônico e coleções especiais (Wythe, 2004, p. 19).

No ano de 1989, surgiu o Standing Conference on Archives in Museums (Scam), uma organização britânica, formada pelos Museums Association, Society of Archivists e Association for Independent Museums. No ano seguinte, o Scam publicou o *Code of practice on archives for museums and galleries*, que consistia em conselhos sobre gestão de arquivos das instituições museológicas. Este código apresentou sete pontos-chave explicativos: o que são os arquivos?; arquivos nos museus; aquisição de arquivos para instituições museológicas; administração; acesso público; avaliação e cooperação profissional. O ponto-chave arquivos nos museus indicou quais arquivos são encontrados em museus e os dividiu em quatro categorias:

1. registros e documentos adquiridos para as coleções do museu por presente, compra ou empréstimo, independentemente do seu formato ou suporte;
2. quaisquer registros depositados no museu por autoridade estatutária;
3. material documental associado às coleções do museu;
4. registros administrativos do museu, ficheiros etc., que ilustram a sua história e atividades da instituição (Scam, 2002, tradução nossa).

Além deste código, foram produzidas cinco publicações avulsas com o objetivo de serem guias sobre alguns aspectos que os museus devem considerar. As publicações apresentavam as seguintes temáticas: *collections policy and management*, *archival listing and arrangement*, *archive preservation and conservation*, *access to archives*, *managing a museum's administrative records*.

Em 2012 foi publicado o *Records management for museum and galleries: an introduction*, por Brunskill e Demb. Esta publicação tratou mais especificamente de gestão de documentos no contexto de ambiente de museus e apresentou as funções que geram os documentos das instituições museológicas: "*collection management records; general business, operational or administrative records; institutional archive; special collections; the object collection*" (Brunskill, 2012, p. 27-28). Também definiu o que é o arquivo institucional, as coleções especiais e a coleção de objetos. O arquivo institucional se diferencia das coleções especiais e da coleção de objetos pelo criador/produtor do arquivo ou coleção e pelo contexto do registro, e não pela fonte de aquisição.

Estudados os autores internacionais, foi possível elaborar um quadro que sintetizasse as funções dos arquivos:

Quadro 4 – Funções dos arquivos nos museus, na perspectiva internacional

Autores	Brunskill e Demb (2012)	Wythe (2004)	Carlin (1999)
Arquivo institucional / função administrativa	Collection management records General business, operational or administrative records Institutional archive	Governance and executive administration collections Other curatorial activities Registrar Conservation Programs and projects Development, outreach, and administration Museum Building	Museums manage their own records as institutions They maintain archives of material about their collections
Coleções / função aquisitiva	Special collections The object collections	Special collections	They care for records that are part of their collections, including photographs, maps and audio-visual records

Fonte: Dias, 2017, p. 37.

No cenário nacional, a produção sobre o tema arquivos *em* museus e arquivos *de* museus começou com iniciativas isoladas e espaçadas. Para este artigo, será apresentada uma parcela da revisão de literatura do âmbito nacional. O primeiro registro foi o do Arquivo Histórico de Arte Contemporânea do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP), em 1954, composto por documentos sobre as bienais de São Paulo. Passados 28 anos, em 1987, Amaral (2006) publicou um artigo intitulado “Arquivo e documentação nas áreas de arte”, com a proposta de apontar quais eram as atividades desenvolvidas por um arquivo de museu de arte.

Após sete anos, em 1994, Tessitore proferiu uma conferência que posteriormente foi publicada no ano de 2002. Esta autora apresentou duas alterações no tratamento dos arquivos dos museus: “tomar por arquivo da instituição o que seria parte de seu acervo” e “tratar [...] o arquivo do centro ou museu como coleção” (Tessitore, 2002, p. 7).

Em 1997, a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) lançou a publicação institucional *O arquivo histórico e institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa*. Na apresentação, esta obra define as competências do arquivo da instituição:

abrigar duas importantes linhas de acervo completamente distintas: a institucional, constituída de 200 metros lineares de documentos técnicos e administrativos da FCRB, e a denominada histórica, constituída dos papéis privados de Rui Barbosa, de outros homens públicos ilustres, seus contemporâneos, e de familiares (Mello, 1997, p. 9).

Outra publicação que confirmou a diferença entre arquivo institucional, documentos técnicos e administrativos e conjuntos documentais formados por arquivos e coleções que estão de acordo com a missão da instituição a que pertencem, foi o *Mast colloquia*, volume 10, com a temática Documentação em museus. Silva (2008) e Bandeira (2008), separadamente, publicaram artigos que refletiam as realidades do Museu de Astronomia e do Museu Histórico Nacional. Ambas ratificavam as duas funções dos arquivos de instituições museológicas. Segundo Silva (2008, p. 66), “os arquivos de instituições museológicas, em geral, possuem essa dupla função: recolher e colecionar”. A primeira função está relacionada ao arquivo institucional e a segunda refere-se à atividade de compra, doação, transferência ou comodato de conjuntos documentais que estejam de acordo com a missão do museu.

Em 2009, foi organizado o primeiro evento que tratou dos arquivos *de* museus, o I Seminário Internacional Arquivos de Museu e Pesquisa (Siamp), que teve como objetivo “agregar, trocar e disseminar experiências e metodologias fundamentais para essas atividades” (Bevilacqua, 2010, p. 167). O Siamp ocorre a cada dois anos e já foram realizadas quatro edições com as temáticas voltadas para museus de arte; tecnologia, informação e acesso; humanidades e interfaces digitais e a formação interdisciplinar do documentalista e do conservador. Destacamos o artigo apresentado por Smit no I Siamp, no qual foi apresentada a definição de arquivos *de* museus: “o arquivo de museu tem de ser o lugar em que os documentos permanecem contextualizados dentro da finalidade do museu (atividade expositiva)” (Smit, 2010, p. 88-89). Outro aspecto interessante abordado na primeira edição do seminário foi o contexto arquivístico descrito no artigo de Wythe (2010). De acordo com a autora, para compreender como os documentos chegam ao arquivo é preciso estudar o contexto em que são produzidos. Os contextos dos arquivos institucionais se referem à criação de documentos para executar as funções do museu; e os das coleções especiais estão relacionados à missão dos museus.

Silva (2013) publicou o texto “Arquivos de museus: características e funções”. Essa mesma autora já havia publicado, em 2008, o artigo “Arquivos históricos de museus: o arquivo de história da ciência do Mast”. Segundo Dias,

Silva (2013) relacionou a função de recolher com a do arquivo institucional do museu, ou seja, pelas atividades administrativas ligadas às áreas meio. Por outro lado, sinalizou que os registros documentais da área finalística do museu, como a produção de pesquisa e o desenvolvimento de exposições, ou acabam ficando no esquecimento nos setores ou são descartados. Isso porque o plano de classificação e tabela de temporalidade da área meio não contemplam as atividades e especificidades da área finalística dos museus. Entretanto, se o arquivo institucional for organizado, ele será capaz de prover informações sobre o histórico das instituições e, conseqüentemente, ficará mais fácil entender o contexto de produção dos documentos arquivísticos e de proveniência das coleções adquiridas pelo arquivo (Dias, 2017, p. 47).

Hannesch (2013) explorou ainda mais as funções dos arquivos *de* museus e arquivos *em* museus.

[...] o conceito de arquivo de museus para o conjunto de documentos resultantes da produção e recolhimento de documentos oriundos das atividades realizadas pela própria instituição e que refletem as ações de aquisição ou coleta, pesquisa, exposição, administração, disseminação, capacitação realizadas para o funcionamento do museu. Do mesmo modo, estamos utilizando o conceito de arquivos em museus, relacionando-o aos arquivos ou fundos adquiridos pela instituição no âmbito de sua missão de formação de coleções e complementação de conjuntos documentais, que servirão de fonte de pesquisa, tendo como objetivo o cumprimento da missão institucional (Hannesch, 2013, p. 109).

Assim como foi realizado para as produções internacionais, também foi organizado um quadro síntese das produções nacionais.

Quadro 5 – Funções dos arquivos nos museus, na perspectiva nacional

Autores	Mello (1997)	Tessitore (2002)	Silva (2013)	Hannesch (2013)
Arquivos nos museus / funções	Linha institucional: documentos técnicos e administrativos da instituição	Arquivo institucional: “registrar o cumprimento de suas funções, a sua rotina de funcionamento”	Função de recolher: “recolher os documentos produzidos e acumulados no exercício de suas atividades”	Arquivo de museu: funções curatoriais, gestão de acervos, comunicação e gestão institucional
	Linha histórica: arquivos e coleções que estão de acordo com a missão da instituição	Arquivo colecionador: aquisição de arquivos	Função de colecionar: aquisição de documentos arquivísticos	Arquivos em museus: função de aquisição

Fonte: Dias, 2017, p. 51.

Ao relacionarmos as produções nacionais com as internacionais, notamos que houve uma concordância sobre a existência de uma diferença de tratamento para os arquivos institucionais e as coleções especiais, constituídas por documentos para formar os acervos. Saber aplicar as diferentes formas de tratamento aos conjuntos documentais é fundamental para a manutenção dos mesmos e dos seus contextos arquivísticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste artigo foi apresentar como o estudo do contexto de formação do Museu Aeroespacial permitiu entender porque determinados conjuntos documentais se encontravam no Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial. Ao lado disso, a revisão de literatura sobre os arquivos formados pelos “coleccionadores de acervo” ou curadores aponta distinções em relação aos arquivos institucionais dos museus, destacando a necessidade de tratamentos diferenciados. Se por um lado a documentação institucional está incluída na gestão de documentos, por outro, os conjuntos de documentos oriundos das doações, transferências, compras ou comodatos que estão de acordo com a missão da instituição, não estão incluídos na gestão de documentos. Esta distinção é fundamental tanto no tratamento quanto na guarda e preservação desses documentos.

O estudo da documentação jurídica, organogramas, regimentos e regulamentos produzidos após a inauguração do Musal também foi importante para entender qual foi a proposta de tratamento dada aos conjuntos documentais que pertenciam ao AHMA. Substituir o tratamento arquivístico pelo museológico foi uma prática perpetuada por mais de quarenta anos da existência do Musal, o que autorizou a mistura dos arquivos e coleções. Entender esse cenário foi fundamental para iniciar um trabalho complexo de identificação documental item a item para saber quais conjuntos de documentos formam o AHMA. Para isso, a pesquisa bibliográfica foi essencial e é possível afirmar que o Arquivo Histórico possui características de um arquivo *em* museus. Assim, este trabalho se inscreve nas discussões atuais do campo da arquivologia, na medida em que tratou dos arquivos localizados em museus e instituições culturais.

Referências

I CONGRESSO Nacional de Aeronáutica. *Asas*, ano III, n. 53, 16 abr.1934.

AMARAL, Aracy A. Arquivo e Documentação na Aérea das Artes. In.: *Textos dos Trópico de Capricórnio: artigos e ensaios (1980-2005)*. São Paulo: Ed. 34, 2006 p. 228-231.

BANDEIRA, Rosângela de Almeida Costa. O Arquivos Históricos do Museu Histórico Nacional. In: *Museu de Astronomia e Ciências Afins*. Documentação em museus. Rio de Janeiro: MAST, 2008. P.67-78. (Coleção Mast-colloquia, v.10). Disponível em: <http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_10.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2017.

BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell. Arquivos em museus: apontamentos a partir da experiência do Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado de São Paulo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ARQUIVOS DE MUSEUS E PESQUISA, 1., 9-10 nov. 2009, São Paulo. MAGALHÃES, Ana Gonçalves (org.). *Anais...* São Paulo: MAC USP, 2010.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria n. 15/GC3, de 7 de janeiro de 2005. Aprova o Regimento Interno do Museu Aeroespacial, RICA 21-89.

_____. Decreto n. 72.553, de 31 de julho de 1973. Criação do Núcleo do Museu Aeroespacial.

- _____. Decreto n. 86.833, de 12 de janeiro de 1982. Aprova o Regulamento do Museu Aeroespacial.
- _____. Diário Oficial da União, de 21 de dezembro de 1943. Seção I. Portaria n. 237, de 15 de dezembro de 1943.
- _____. Diário Oficial da União, 12 de agosto de 1952. Portaria n. 235, de 6 de agosto de 1952.
- _____. Ministério da Aeronáutica. Academia da Força Aérea. Alterações capitão aviador Napoleão Antônio Muños de Freitas, 1º semestre de 1968.
- _____. Ministério da Aeronáutica. Aviso n. R – 050/GM3, de 12 de setembro de 1972.
- _____. Ministério da Aeronáutica. Portaria n. 360/GM3, de 30 de abril de 1987. Aprova o Regulamento do Museu Aeroespacial.
- _____. Ministério da Aeronáutica. Portaria do Incaer n. 12/DIR, de 5 de junho de 1987. Aprova o Regimento Interno do Museu Aeroespacial.
- _____. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. *Política Nacional de Museus: relatório de gestão 2003-2004*. Brasília: MinC/IPHAN/Demu, 2005. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/663683/relatorio_PDF_1117568314/71b7c847-d22c-4678-ac70-7f57ac63924e>. Acesso em: 17 out. 2018.
- BRUNSKILL, Charlotte; DEMB, Sarah R. *Records Management for Museums and Galleries: an introduction*. Chandos Publishing, 2012.
- BRUNSKILL, Charlotte. The History of Record Keeping in the UK Museum and Gallery Sector. In: BRUNSKILL, Charlotte; DEMB, Sarah R. *Records Management for Museums and Galleries: an introduction*. Chandos Publishing, 2012. p. 1-34.
- CARLIN, John W. Your Past is Disappearing: what museums should know about the 20th century archives crisis. *Museum News*, Western Australian Museum, v. 78, n. 1, 1999.
- DEISS, William. *Museum archives*. Chicago: Society of American Archivists, 1984. Disponível em: <<http://www.archivists.org/catalog/museum-archives.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2017.
- DIAS, Fabiana Costa. *Museu Aeroespacial: na trilha do seu acervo*. Produto técnico-científico. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro, 2017.
- HANNESCH, Ozana. *Patrimônio arquivístico em museus: reflexões sobre seleção e priorização de conservação-restauração de documentos em suporte papel*. 2013. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), Rio de Janeiro, 2013.
- MELLO, Maria Lúcia Horta Ludolf de. *O arquivo histórico e institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.
- MUSEU da Aeronáutica. *Anais do Museu Histórico*. Rio de Janeiro, v. 5, 1944. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=Anais%20do%20Museu%20Historico%20Nacional\Volume%20V%20-%201944&pesq=>>>. Acesso em: 17 jun. 2018.
- MUSEU de Aeronáutica. *Asas*. Rio de Janeiro, set./out. 1994, p. 56.
- MUSEUS de Aeronáutica no Brasil. Disponível em: <<http://arquitetacaroline.blogspot.com.br/2015/08/museus-de-aeronautica-no-brasil.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- O RADICAL. Rio de Janeiro, 1 out. 1933, p. 2.
- OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PEREIRA, Lúgia Maria Leite. O último pioneiro do ar: o voo do brigadeiro Doorgal. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

QUESTIONÁRIO Cadastro Nacional de Museus. Iphan, 2005 Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/files/questionario_cadastro_nacional_de_museus.doc>. Acesso em: 24 jun. 2018.

SALGADO, Maisa; CORRÊA, Edison. *Salgado Filho: primeiro ministro da Aeronáutica*. Rio de Janeiro: Adler, 2007.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Arquivos históricos de museus: o arquivo de história da ciência do Mast. In: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. *Documentação em museus*. Rio de Janeiro: Mast, 2008. p. 59-66. (Coleção Mast-colloquia, v. 10). Disponível em:<http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_10.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2017.

_____. Arquivos de museus: características e funções. *Revista de Museologia e Interdisciplinaridade*, v. II, n. 4, p. 35-47, maio/jun. 2013.

SMIT, Johanna Wilhermina. O arquivo de museu e a informação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ARQUIVOS DE MUSEU E PESQUISA, 1., 2010. São Paulo: MAC USP, 2010, p. 84-100.

SOUZA, José Garcia. *Evolução da Aeronáutica no Brasil*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Ouvidor S. A., 1945.

STANDING CONFERENCE ON ARCHIVES IN MUSEUMS (Scam). 2002. Disponível em: <<http://www.archivesandmuseums.org.uk/scam/code.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

TESSITORE, Viviane. *Os arquivos fora dos arquivos: dimensões do trabalho arquivístico em instituições de documentação*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

THOMASSEM, Theo. Uma primeira introdução à arquivologia. *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, jan./jun. 2006.

WYTHE, Deborah (org.). The Museum Context. In: WYTHE, Deborah. *Museum archives: an introduction*. Chicago: Society of American Archivists, 2004. Museum archives section. p. 9-19.

_____. Reinstrumentalização dos arquivos de museus para o século XXI: novas coleções, novos públicos, novas parcerias, novas tecnologias. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ARQUIVOS DE MUSEU E PESQUISA, 1., 2010. São Paulo: MAC USP, 2010, p. 28-58.

Recebido em 30/6/2018
Aprovado em 28/11/2018